

**EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (EDS) NO EIXO TURISMO,  
HOSPITALIDADE E LAZER: ESTUDO DE CASO DA  
FORMAÇÃO TÉCNICA EM GUIA DE TURISMO DO SENAC  
ALAGOAS**

Thiago Eduardo Freitas Bicalho <sup>1</sup>  
Juliana Nicácio de Araújo <sup>2</sup>  
Alcicleide Alexandre dos Santos Bezerra <sup>3</sup>

## RESUMO

O presente trabalho parte da problemática "Como a integração da educação para o desenvolvimento sustentável na formação técnica do Senac Alagoas contribui para o desenvolvimento de práticas turísticas mais responsáveis e sustentáveis?" e possui o objetivo de compreender a aplicação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) na formação do Curso Técnico em Guia de Turismo que compõe a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no eixo turismo, hospitalidade e lazer, bem como constatar o protagonismo estudantil na preservação ambiental. Este estudo adotou uma abordagem qualitativa exploratória, empregando pesquisa documental, empírica e análise audiovisual, sendo utilizados, para coleta de dados, instrumentos de pesquisa como planos de trabalho docente, entrevistas semiestruturadas junto aos estudantes do curso técnico em Guia de Turismo e suas produções audiovisuais realizadas colaborativamente. Ancorados nos estudos emergentes sobre a educação, nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), mais precisamente os ODS 4, 11, 14, 15 e 17, e no Modelo Pedagógico SENAC, o estudo apresenta como resultados um ganho significativo na aplicação da EDS para o entendimento do território de atuação dos futuros guias de turismo e a importância do turismo responsável para a garantia da manutenção das futuras gerações, além da percepção da responsabilidade de ser um agente multiplicador, através da conscientização e sensibilização dos visitantes, possibilitando a reflexão e o desenvolvimento de uma atividade turística responsável e sustentável, com profissionais mais conscientes.

**Palavras-chave:** Educação, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Turismo, Guia de Turismo, Alagoas.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Tecnológica no Centro Federal de Educação Profissional de Minas Gerais – CEFET/MG, contato@thiagobicalho.com.br;

<sup>2</sup> Especialista em Turismo e hospitalidade pela Faculdade de Alagoas – FAL, juliana.araujo@al.senac.br;

<sup>3</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, alcicleide.bezerra@al.senac.br;

## INTRODUÇÃO

A preservação ambiental surgiu como um movimento de preocupação dos ambientalistas que agiam de forma contrária ao consumismo e ao desenvolvimento econômico desenfreado. Tais discussões se originaram nos Estados Unidos, no século XIX, e trouxeram uma nova reflexão sobre o uso dispendioso dos recursos naturais sem levar em consideração os impactos ambientais.

O movimento preservacionista ganhou força ao longo dos anos, e diversas roupagens com a bandeira da defesa dos componentes da natureza e da conscientização, bem como a adoção de atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente como fundamentais para enfrentar os desafios ambientais globais. Nesse quesito, existe um clamor social de que todos os indivíduos podem contribuir para a preservação do meio ambiente a partir de algumas mudanças nas suas práticas diárias.

No Brasil, estas discussões são fortalecidas no período da assembleia constituinte que conseguiu acrescentar, no artigo 225 da Constituição Federal, que “o meio ambiente é um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988). Sendo necessário equilibrar a conservação dos recursos naturais, a redução da poluição e estimular o respeito à biodiversidade.

A Constituição Federal fortaleceu a política ambiental no Brasil, porém, desde 1981 está em vigor no país a Lei nº 6.938 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, um marco legal e definidor dos instrumentos de proteção ambiental, que tem como objetivo regulamentar as várias atividades que envolvam o meio ambiente, para que haja preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental (Brasil, 1981). O artigo 2º da PNMA, em seu inciso X, dispõe sobre a educação ambiental, que envolve um conjunto de práticas pedagógicas para o ensino da importância do meio ambiente, com o objetivo de conscientizar a população em relação às boas práticas para a preservação ambiental, abrangendo as ações que devem ser feitas para a manutenção da vida, da fauna, da flora e dos recursos naturais.

Fazendo-se cumprir a lei o presente artigo se justifica, a critério de sua importância e relevância, no detalhamento da lei que afirma que a educação ambiental contribui para mitigar riscos, diminuir os impactos no meio ambiente e que deve ser aplicada a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Perante a necessidade de trabalhar a educação ambiental na educação profissional e tecnológica associados a discussão contemporânea da educação para o desenvolvimento sustentável o presente artigo associa a compreensão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS 4, 11, 14, 15 e 17 e do Modelo Pedagógico SENAC nos estudantes do curso técnico em Guia de Turismo do Senac Alagoas. Assim, o presente artigo adota uma abordagem qualitativa exploratória, empregando pesquisa documental, empírica e a análise audiovisual, sendo utilizados, para coleta de dados, os planos de trabalho docente e entrevistas semi estruturadas com os estudantes para tentar responder a questão levantada de como a integração da educação para o desenvolvimento sustentável na formação técnica do Senac Alagoas contribui para o desenvolvimento de práticas turísticas mais responsáveis e sustentáveis?

Sobre uma perspectiva de pesquisa ação (Tripp, 2005), os autores na condição de professores do curso técnico em Guia de Turismo em conjunto com a coordenação pedagógica realizaram uma triangulação na atuação e na análise para proporcionar o distanciamento científico e materializaram suas reflexões nas entrevistas aos estudantes e na análise audiovisual do documentário criado pelos estudantes durante a execução da unidade curricular denominada “Prestar informações turísticas no contexto local e regional” (Senac, 2014).

Com isso, este artigo tem como objetivo geral compreender a aplicação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) na formação do Curso Técnico em Guia de Turismo que compõe a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no eixo turismo, hospitalidade e lazer, bem como constatar o protagonismo estudantil na preservação ambiental. A busca por alcançar a resposta para a questão central e visando alcançar o objetivo geral desta pesquisa o artigo se desenvolve nas seções seguintes.

## **METODOLOGIA**

A investigação foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, unindo o registro da prática pedagógica baseada no processo de ação-reflexão-ação (SENAC, 2015; SENAC, 2018) proposto pelo Modelo Pedagógico Senac - MPS com o fundamento de pesquisa-ação (Tripp, 2005). Conforme proposto por Tripp (2005), a modalidade empregada foi a pesquisa-ação socialmente crítica pela característica de agir para contornar as limitações sociais para tornar um lugar melhor em termos de justiça social.

A pesquisa-ação utilizou-se da interpretação dos planos de trabalho docente - PTD previstos no MPS, nas entrevistas com os estudantes e, como prática, na análise audiovisual do documentário denominado ECOSsustentáveis em Alagoas e construído por estudantes do curso técnico em Guia de Turismo, seguindo as orientações dos professores à luz das orientações da unidade curricular. A distribuição da ação ocorreu em três etapas que envolveram a organização de tarefas em grupos e a autogestão do processo: coleta e sistematização de dados (digitais e físicos), visita de campo (reconhecimento do território e gravação audiovisual) e edição e divulgação do projeto (edição e divulgação nas redes sociais). Este processo metodológico foi seguido da discussão dos professores quanto à mensuração do interesse dos estudantes na preservação ambiental após a experiência, assim como seu papel profissional na sensibilização dos turistas.

A coleta e sistematização dos dados e informações digitais foi realizada em várias fontes acessíveis aos estudantes, tendo como objetivo a construção de uma visão holística do campo de ação e para auxiliar nas narrativas para a produção audiovisual.

Na segunda etapa ocorreu a visita de campo no CELMM onde os estudantes tiveram a oportunidade de reconhecimento das realidades sociais e ambientais das lagunas. Após as reflexões da visita, os estudantes gravaram as contribuições para o documentário de cunho educativo sobre a sustentabilidade ambiental.

Durante a terceira e última etapa o projeto foi divulgado através das redes sociais, foi realizado o upload da produção audiovisual no canal do Youtube e realizada a divulgação no Centro de Educação Profissional ao qual eles fazem parte e por meio de um marcador de livro com QR Code.

Concluída as etapas da pesquisa-ação, foi realizada a entrevista semiestruturada com os estudantes para obter os feedbacks da visita em campo e da produção audiovisual criada. A sucessão de todas estas etapas metodológicas propiciou a criação deste artigo e a resposta do objetivo proposto.

## **REFLEXÕES EDUCACIONAIS: DO MODELO PEDAGÓGICO SENAC A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EPT**

O presente artigo integra a área de conhecimento da educação com ênfase na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica - EPT. A oferta desta modalidade engloba, principalmente, os institutos federais, os colégios técnicos, o sistema “S” e atualmente as redes estaduais de educação por meio do novo ensino médio. Para disciplinar a oferta no Brasil, em 2008 foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, fato que realizou uma transformação em todas as unidades da federação por meio dos institutos federais (Brasil, 2008).

Todavia, o locus desta investigação e os sujeitos entrevistados e participantes da pesquisa ação fazem parte do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, criado em 1946 por meio de um decreto lei para disciplinar a formação no âmbito do comércio, englobando a prestação de serviços e turismo (Brasil, 1946). Ao longo dos seus mais de 78 anos de existência houveram muitas modificações na sua forma de atuação sendo, nos tempos atuais, atuando na oferta de educação profissional e tecnológica por meio da integração do Senac ao Sistema Nacional de Ensino (Senac, 2024a).

Na perspectiva pedagógica, o Senac construiu em 2013 o Modelo Pedagógico Senac - MPS com o objetivo de qualificar a oferta, em todo o território nacional, e consolidar as boas práticas pedagógicas no desenvolvimento das competências realizadas na instituição (Senac, 2024b). Nas reflexões dos 10 anos do MPS, o Departamento Nacional do Senac criou um documento de diretrizes do MPS no qual reafirma que o modelo

“representa um conjunto de concepções que fundamentam as práticas educativas a serem desenvolvidas no Senac, com vistas a qualificar a oferta da educação profissional em todo o país. Em consonância com a legislação vigente que regulamenta a educação profissional no Brasil, ele é regido por concepções filosóficas e princípios educacionais dos quais derivam a perspectiva de formação integral do aluno, a aprendizagem sob a ótica do desenvolvimento de competências e a promoção das marcas formativas como atributos distintivos dos alunos do Senac” (Senac, 2024c, p. 8).

O MPS consiste em um amplo modelo que ordena toda a oferta do Senac no Brasil e, para não distanciarmos do objetivo do presente estudo, focaremos a seguir no aspecto

da aprendizagem que concentra-se no desenvolvimento de competências (Senac, 2022) e na promoção das marcas formativas nos estudantes (Senac, 2024d).

No âmbito das competências, o MPS inova ao considerar em todos os planos de cursos, a nível nacional, que as competências descritas no Perfil Profissional de Conclusão são as próprias Unidades Curriculares de cada curso. Com isso, no decorrer do curso os estudantes têm uma dimensão clara das competências que estão desenvolvendo, principalmente por considerar os elementos de competência - conhecimentos, habilidades e atitudes/valores - que também são definidos pelo modelo. A avaliação dos estudantes é atrelada à competência através dos indicadores que são “evidências do desenvolvimento da competência ou, ainda, podem estar relacionados ao progresso dos alunos em relação às Marcas Formativas” (Senac, 2022, p. 21).

No âmbito das marcas formativas, o MPS apresenta uma discussão em consonância com o novo paradigma de tendência do mundo do trabalho e da formação profissional para destacar os egressos da instituição e reforçar habilidades que são cada vez mais exigidas como o domínio técnico-científico, a visão crítica, a comunicação eficaz, a colaboração, a criatividade e atitude empreendedora, a atitude sustentável e a autonomia digital (Senac, 2024d). Como percebido, dentre as marcas formativas encontra-se a atitude sustentável, tal marca que visa trabalhar os princípios da sustentabilidade social, econômica e ambiental de forma a

“promover o consumo consciente, o uso racional dos recursos naturais e organizacionais, a cidadania e o respeito à diversidade e à ética nas relações interpessoais. O aluno do Senac avalia diferentes contextos e faz escolhas orientadas pela busca do equilíbrio entre a preservação ambiental, o desenvolvimento econômico e a equidade social, além de fortalecer os vínculos comunitários e o compromisso com as organizações e as gerações futuras” (Senac, 2024d, p. 36).

Ou seja, não podemos compreender a marca formativa de atitude sustentável como uma abordagem de conscientização, é importante perceber que ela representa a capacidade de agir de forma responsável em relação ao meio ambiente e à sociedade em geral. Essa marca formativa é importantíssima para a compreensão da discussão deste artigo e, possibilita, o início da discussão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) aborda na origem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) o compromisso mundial com a sustentabilidade

e o reconhecimento das relações entre o desenvolvimento econômico, a justiça social e a preservação ambiental. Esse movimento ganhou maior força a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Rio-92. A partir desse evento, foi formatada a Agenda 21, um plano de ação amplo para o desenvolvimento sustentável. Em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram adotados, com foco em reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida em países em desenvolvimento até 2015. Mesmo que os ODM tenham alcançado grandes avanços, como a redução da pobreza extrema e o aumento do acesso à educação, foi notada a necessidade de um novo conjunto de objetivos que abordasse de maneira mais ampla e integrada os desafios globais, incluindo o meio ambiente, a desigualdade e a governança. Assim, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012, começou a ser desenhada a Agenda 2030, que culminou na criação dos ODS em 2015. Esses objetivos formam um consenso universal e envolvem não apenas governos, mas também a sociedade civil e o setor privado, comprovando a necessidade de ações conjuntas e intersetoriais para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável. Dentre esses objetivos, cinco que são particularmente relevantes para a promoção da sustentabilidade e o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e resiliente são:

O ODS 4 busca “garantir a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015). Esse objetivo está ligado à transformação social e econômica, uma vez que a educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano. A meta é não apenas ampliar o acesso à educação, mas também garantir que essa educação seja de qualidade, promovendo habilidades e atitudes que preparem os cidadãos para os desafios do século XXI. No contexto da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), o ODS 4 adequa-se por incentivar programas que abordam questões como justiça social e cidadania global, capacitando os estudantes a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

Com o objetivo “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015) e com o crescimento urbano excepcional, o ODS 11 tem o papel central de continuar a promoção do desenvolvimento sustentável das cidades. A urbanização desordenada e o planejamento urbano inadequado geram enormes desafios, como a gestão ambiental, a desigualdade social e a precariedade dos serviços básicos. Este ODS propõe soluções que vão desde o acesso à habitação

acessível até a melhoria dos sistemas de transporte e a gestão dos resíduos sólidos, garantindo que as cidades possam proporcionar qualidade de vida a todos os seus habitantes, sem comprometer o meio ambiente.

Já o ODS 14 aborda a “conservação e uso sustentável dos oceanos, águas e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015). No entanto, a degradação dos ecossistemas marinhos, causada pela poluição, sobrepesca e mudanças climáticas, ameaça tanto a biodiversidade quanto as comunidades que dependem desses recursos. Assim é essencial para promover políticas de proteção dos habitats marinhos, incentivar a pesca sustentável e mitigar os impactos das mudanças climáticas nos oceanos, garantindo a preservação das espécies e a sustentabilidade dos recursos marinhos para as futuras gerações.

Para tratar da "proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, da gestão sustentável das florestas, do combate à desertificação, da interrupção e reversão da eliminação da terra e da interrupção da perda de biodiversidade" (ONU, 2015). O ODS 15 é fundamental para a manutenção dos serviços ambientais que apoiam a vida no planeta, incluindo o fornecimento de água, a regulação climática e a polinização de culturas agrícolas. A crescente pressão sobre os recursos terrestres, devido à expansão agrícola, à exploração florestal e à urbanização, tem resultado em perdas de biodiversidade e destruição de terras. Este ODS busca não apenas proteger os ecossistemas existentes, mas também restaurar áreas degradadas e promover o uso sustentável dos recursos naturais, de modo a garantir que esses sistemas possam continuar a sustentar a vida.

Por fim o ODS 17 “fortalece os meios de implementação e revitaliza a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015). Enfatiza a importância das parcerias, tanto entre países quanto entre governos, empresas, ONGs e outros atores sociais. O ODS 17 promove a cooperação internacional, o compartilhamento de conhecimento e o desenvolvimento de capacidades para garantir que os recursos e tecnologias necessários para alcançar os outros ODS estejam disponíveis e sejam usados de maneira eficaz. A colaboração global é vista como o caminho para enfrentar os desafios e criar um futuro mais equitativo e sustentável. Esses ODS destacados representam uma abordagem abrangente e integrada para o desenvolvimento sustentável, oferecendo um conjunto de metas que visam equilibrar as necessidades econômicas, sociais e ambientais da humanidade. A educação, a preservação dos ecossistemas e a

promoção de cidades resilientes, aliadas às parcerias, são fundamentais para garantir um desenvolvimento que beneficie a todos e proteja o planeta para as futuras gerações.

Dentro dessa proposta a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) , no eixo de turismo, hospitalidade e lazer , desempenha um papel central na promoção de práticas que integram a responsabilidade social, ambiental e econômica. Esse campo específico de atuação, por sua natureza ligado à interação com o meio ambiente e à experiência humana, oferece inúmeras oportunidades para que os profissionais atuem como multiplicadores de princípios sustentáveis, influenciando tanto os turistas quanto as comunidades locais a adotarem práticas mais conscientes.

## **REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA: ESTUDO DE CASO SOBRE A FORMAÇÃO TÉCNICA EM GUIA DE TURISMO DO SENAC ALAGOAS**

A unidade curricular “Prestar informações turísticas no contexto local e regional” (Senac, 2014) presente no curso técnico em Guia de Turismo do Senac Alagoas possibilitou o processo de mobilização das competências, em um processo de ação-reflexão-ação (Senac, 2024c), que possibilitou a construção das reflexões do presente artigo.

O Plano de Trabalho Docente - PTD foi o primeiro documento analisado, inicialmente pela coordenadora pedagógica e posteriormente triangulado entre os professores envolvidos, sendo que o professor que ministrou a aula teve seu plano avaliado pelo outro docente e vice-versa. Ficou evidenciado nos PTDs que o desenvolvimento da competência concentrou-se nos conhecimentos de Sustentabilidade e impactos sociais do turismo relacionados com a comunidade local: princípios da sustentabilidade: pilares, princípios ambientais, 3R, consumo consciente, 5S, nas habilidades de comunicar-se com clareza e objetividade; mediar conflitos, negociando entre as partes e nas atitudes/valores de cordialidade no trato com fornecedores, visitantes e comunidade receptora; proatividade para solucionar problemas e administrar situações imprevistas; flexibilidade para atender as necessidades dos visitantes e prestadores de serviços turísticos; respeito aos visitantes, prestadores de serviços e comunidades visitadas; empatia com visitantes, prestadores de serviços e comunidade visitada.

Com isso em vista ocorreram as aulas, ministradas pelos professores envolvidos e acompanhada pela coordenação pedagógica, na qual iniciou com a coleta e sistematização

de dados (digitais e físicos), avançou para a visita de campo (reconhecimento do território e gravação audiovisual) e finalizou com a edição e divulgação do projeto (edição e divulgação nas redes sociais).

Os estudantes de duas turmas distintas do curso técnico em Guia de Turismo, uma no turno da manhã e outra no turno da noite, foram divididos em 6 abordagens temáticas relacionadas ao Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba - CELMM: impactos ambientais, biologia, geografia, impactos sociais, história e o complexo. A coleta e sistematização dos dados e informações digitais iniciou com uma pesquisa bibliográfica sobre cada temática do CELMM em busca dos dados gerais, das características naturais e dos dados sócio econômicos utilizando da Biblioteca Digital do Senac, do Canal Senac Recomenda, da plataforma Espie e de sites governamentais oficiais propiciando ao final uma visão holística do campo de ação e para auxiliar nas narrativas para a produção audiovisual.

A visita de campo no CELMM foi um marco importante no processo de educação para o desenvolvimento sustentável pois propiciou aos estudantes a oportunidade de contato com dois consultores ambientais do Instituto de Meio Ambiente de Alagoas - IMA/AL e participaram do projeto Barco Escola, embarcando em um trajeto lagunar para reconhecimento das realidades sociais e ambientais das lagoas. A visita inicia-se com uma abordagem teórica, na sequência todos são levados a embarcação e as explicações continuam a bordo até o retorno ao ponto de origem.

Após as reflexões da visita, os estudantes reorganizaram suas narrativas e complementaram com as informações transmitidas na visita de campo para gravar as contribuições para o documentário de cunho educativo sobre a sustentabilidade ambiental. As gravações ocorreram nas dependências do IMA/AL conforme presente na Figura 1.

**Figura 1** - Gravação de um dos grupos no CELMM gerido pelo IMA/AL



Fonte: Documentário ECOSsustentáveis em Alagoas adaptado pelos autores, 2024.

A análise audiovisual do documentário denominado ECOSsustentáveis em Alagoas que foi construído pelos estudantes nos possibilita observar no aspecto dos conhecimentos que os estudantes desenvolveram bem a análise dos impactos sociais do turismo relacionados com a comunidade local, identificando os princípios da sustentabilidade e pilares ambientais buscando um consumo consciente. A oralidade foi bem trabalhada por todos os grupos, levando os estudantes a desenvolverem a habilidade de comunicar-se com clareza e objetividade e, é importante frisar, que os estudantes iniciaram o documentário apresentando realidades do dia a dia do Centro de Educação Profissional do Senac Alagoas, refletindo sobre a coleta seletiva, a doação e reaproveitamento de tampas com campanhas sociais mudando assim a visão atitudinal destes estudantes e desenvolvendo a cordialidade no trato com visitantes e comunidade escolar.

Concluída as etapas da pesquisa-ação, os estudantes foram submetidos a uma entrevista semiestruturada com os para compreender os feedbacks da visita em campo e as opiniões sobre a produção audiovisual criada. A sucessão de todas estas etapas metodológicas propiciou a compreensão do significado da pesquisa-ação para a prática pedagógica e, para isso, será necessário apresentar a discussão deste artigo sobre a visão educacional, a visão turística e a visão do futuro profissional.

As EDS buscam formar profissionais que compreendam a importância de preservar o patrimônio natural e cultural, ao mesmo tempo em que promovam o desenvolvimento econômico local. Num momento em que o turismo de massa pode facilmente causar danos irreversíveis aos ecossistemas e às comunidades, a educação para a sustentabilidade oferece uma abordagem que privilegia o turismo responsável. Guias de turismo, como profissionais que trabalham diretamente com os turistas, tornam-se agentes de sensibilização ao transmitir conhecimentos sobre a importância da preservação ambiental e cultural, incentivando os visitantes a adotarem comportamentos que minimizem o impacto ambiental e favoreçam o desenvolvimento social das regiões visitadas.

A visão turística voltada para o Turismo responsável destaca-se, sobretudo, como uma abordagem primordial para assegurar que as gerações futuras possam desfrutar dos recursos naturais e culturais que existem hoje. Quando conduzido de maneira consciente e planejada, o Turismo tem um potencial transformador, tanto para os visitantes quanto para os destinos. Entretanto, é uma realização cujos efeitos parecem infundáveis, e a prática que empregamos agora determinará que impacto legaremos.

O Turismo responsável surge da consciência de que cada ação que turistas e profissionais do setor optam também possui consequências para o contexto do tempo futuro. Da seleção em comprar produtos locais ao envolvimento em atividades que concorram com o meio ambiente, o turismo responsável aborda a sustentabilidade em todas as circunstâncias. O futuro relativo à manutenção das próximas gerações estão intrinsecamente relacionados ao que está efetivamente ocorrendo em termos do meio ambiente e patrimônio cultural em nossa contemporaneidade. Em relação ao futuro, mas especialmente, em relação ao que é o turismo responsável, tratamos diretamente do modo como se mantém o que é vital à vida e à experiência humana; subjetividade à fisiologia: diversidade biológica; subjetividade ao comportamento social: tradições; subjetividade em comum: espaço natural e paisagens urbanas (OMT, 2022).

Ao promover esta visão, o turismo torna-se um defensor da sustentabilidade e não um ofensor indevido. Um turista consciente, sensibilizado pela sua vivência por profissionais engajados e com interesse no desenvolvimento sustentável, entende o impacto de suas ações e busca minimizar os danos. Ele vê o lugar que visita não como uma mercadoria a ser consumida, mas como um espaço a ser protegido e respeitado para que as gerações futuras ainda possam vivenciá-lo.

O Turismo sustentável contribui para a preservação dos recursos dependendo dos profissionais cujo trabalho é orientar e educar. Os Guias de Turismo, podem moldar a experiência do visitante para se tornar mais sustentável e enriquecedora e reforçar a necessidade de práticas comportamentais sustentáveis em relação ao ambiente e aos habitantes locais. Não há razão para que o Turismo continue a ser uma experiência transitória e exploradora, e o Turismo responsável é um investimento para garantir que as gerações futuras possam ainda beneficiar das riquezas que a natureza e a cultura têm para oferecer.

Esta visão do futuro profissional no que se refere ao turismo sustentável se vincula diretamente à função primordial que deve ser cumprida pelos profissionais no papel de agentes multiplicadores de uma ação consciente e responsável. Por meio do que preconiza a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, estes profissionais recebem formação e podem não só transmitir informação como também conscientizar e sensibilizar os visitantes acerca do caráter essencial da preservação do meio ambiente e da cultura. Dessa forma, o Guia de Turismo se torna um elemento crucial na conexão entre o turista e o ambiente visitado, destacando a necessidade da prática a partir do respeito ao equilíbrio ecológico e social.

O profissional consciente é capaz de compreender que sua atuação é mais do que apenas a manutenção de passeios: trata-se de estimular a reflexão dos visitantes acerca do impacto causado por suas ações nestes destinos. A responsabilidade de agente multiplicador consiste em difundir informação acerca dos ecossistemas, das culturas locais e da importância da sustentabilidade, de maneira que o visitante reflita em suas atitudes éticas e responsáveis. Isso tudo pode ser realizado de modo sutil, ao se configurar uma trilha, por exemplo, explicando a importância da biodiversidade local, ou mesmo nas relações mercadológicas, ao estimular o consumo consciente ou a geração de lucro à economia local. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável permite que o profissional de turismo adquira um senso de dever em relação ao desenvolvimento de uma atividade turística mais sustentável; ou seja, o planejamento e a execução de atividades que minimizem o impacto negativo e maximizem o impacto positivo para os locais e o meio ambiente. Paralelamente, um Guia de Turismo que se enquadre nesses moldes é capaz de influenciar o turista, fazendo-o refletir em atitudes egoístas e reconhecer seu papel na preservação do meio.

Entretanto, a conscientização dos turistas é apenas o primeiro passo. A longo prazo, espera-se possibilitar o desenvolvimento de uma atividade turística sustentável, em que o equilíbrio entre as necessidades humanas e a preservação ambiental seja uma realidade contínua. Assim, o profissional mais consciente será capacitado a planejar e envolver-se em atividades turísticas que não esgotem os recursos para as futuras gerações, valorizando o patrimônio natural e cultural de maneira integrada e responsável. Portanto, vislumbra-se que a perspectiva de futuro profissional vá além da capacitação técnica: é a formação do perfil de um ser que seja proponente de um novo olhar sobre o Turismo. Ou seja, que veja o setor mais do que um motor econômico, mas como um mecanismo de transformação do ser, preservação e conscientização social. Esses não são apenas Guias de Turismo, mas possuem a habilidade de transformar a experiência em atividade pela transformação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cumprindo a prerrogativa do objetivo geral de compreender a aplicação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) na formação do Curso Técnico em Guia de Turismo que compõe a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no eixo turismo, hospitalidade e lazer podemos afirmar que a estratégia de produção audiovisual associada a uma visita de campo possibilitou o exercício do protagonismo estudantil na preservação ambiental e tem o potencial de expandir seus impactos na atuação profissional como Guias de Turismo.

A integração da educação para o desenvolvimento sustentável na formação técnica do Senac Alagoas contribui para o desenvolvimento de práticas turísticas mais responsáveis e sustentáveis ao ampliar o senso de pertencimento dos futuros profissionais com o ambiente de trabalho

A aplicação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) na formação do Curso Técnico em Guia de Turismo que compõe a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no eixo turismo, hospitalidade e lazer pode ser feita através de visita a espaços ambientais locais e conversas com especialistas e consultores ambientais.

O protagonismo estudantil na preservação ambiental foi perceptível na continuidade das discussões e na produção audiovisual feita pelos estudantes - a exemplo da produção documental analisada.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a abertura do Instituto de Meio Ambiente de Alagoas - IMA/AL por acolher a proposta dos professores e agradecemos o apoio técnico, operacional e financeiro do Senac Alagoas em todo o processo de realização da prática e da apresentação no Congresso Nacional de Educação.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. **Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 12 de janeiro de 1946. Seção 1, P. 542. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del8621.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8621.htm). Acesso em: 20 mai. 2024.

Brasil. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 02 de setembro de 1981. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 20 mai. 2024.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 mai. 2024.

Brasil. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 30 de dezembro de 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em: 20 mai. 2024.

SENAC. **Plano de curso: Técnico e guia de turismo.** Rio de Janeiro: SENAC Departamento Nacional, 2014.

SENAC. **Planejamento docente.** Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac 3. Rio de Janeiro: SENAC Departamento Nacional, 2015.

SENAC. **Metodologias ativas.** Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac 7. Rio de Janeiro: SENAC Departamento Nacional, 2018.

SENAC. **Competência.** Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac 2. Rio de Janeiro : SENAC Departamento Nacional, 2022.

SENAC. **Resolução Senac 1.264/2024.** 2024a. Disponível em: <https://www.dn.senac.br/wp-content/uploads/2018/02/Resolucao-Senac-1264-2024.pdf>  
Acesso em: 20 mai. 2024.

SENAC. **Modelo Pedagógico Senac.** 2024b. Disponível em: <https://dn.senac.br/educacao-profissional/modelo-pedagogico/> Acesso em: 20 mai. 2024.

SENAC. **Diretrizes do Modelo Pedagógico Senac.** Rio de Janeiro: SENAC Departamento Nacional, 2024c.

SENAC. **Marcas formativas.** Coleção de documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac 10. Rio de Janeiro: SENAC Departamento Nacional, 2024d.

TRIPP, D. Pesquisa-Ação: Uma Introdução Metodológica. **Educação e Pesquisa.** v. 31, n. 3, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009> Acesso em: 23 jun. 2024.